

# Polemologia - 5WH<sup>1</sup>

Gil Cordeiro Dias Ferreira\*

O artigo se propõe a “trazer alguma contribuição ao estudo da guerra como fenômeno social”, como revela o autor na sua introdução — *Polemologia* deriva do grego *polemos* (guerra) e *logos* (estudo); 5WH refere-se às iniciais de what, who, when, where, why e how, correspondente inglês ao que, quem, quando, onde, por que e como, do raciocínio militar tradicional.

“Para que serve um recém-nascido?”

(Resposta de Alessandro Volta, inventor da pilha elétrica, quando lhe perguntaram ‘para que serviria a eletricidade’)

**E**m 1989, quando servíamos na hoje extinta *SADEN – Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional*<sup>2</sup>, tomamos conhecimento da realização de um concurso público, promovido pelo Congresso Nacional, para provimento de cargos de *Assessor de Defesa Nacional*. Vários colegas, então já na Reserva Remunerada, identificaram aquele órgão como o ideal para a obtenção da bibliografia indicada

para o evento – e recorreram a nós, remetendo-nos o edital. Ao procurarmos ajudá-los, deparamo-nos, naquele documento, com o termo “*Polemologia*”, até então desconhecido para nós. E, movidos pela curiosidade, passamos a buscar o entendimento do que seria essa nova (?) ciência. Hoje, passados sete anos, acreditamos ser capazes de discorrer um pouco sobre ela. Não custa, pois, tentar transmitir o que aprendemos, sem as-

sumirmos a postura de “*magister dixit*”, mas abrindo o debate. É o propósito deste artigo, com o qual esperamos trazer alguma contribuição ao “*estudo da guerra como fenômeno social*” – definição “*Aureliana*” de “*Polemologia*” – do grego “*polemos*” (guerra) e “*logos*” (estudo).

## “HISTÓRIA MAGISTRA VITAE”<sup>3</sup>

Durante o *feudalismo* (do século V ao XIV/XV AD aproximadamente), os reis não detinham tanto poder quanto se possa imaginar. Na realidade, a idéia de *poder* estava associada à *posse de terras*, privilégio dos *senhores feudais*, que geralmente as obtinham pela

\* Capitão-de-Mar e Guerra, Fuzileiro Naval.

<sup>1</sup> Iniciais, em inglês, das “indagações fundamentais” – “*What*”, “*Who*”, “*When*”, “*Where*”, “*Why*” e “*How*” (“*Quê*”, “*Quem*”, “*Quando*”, “*Onde*”, “*Por quê*” e “*Como*”). Selecionado pelo PADECEME.

<sup>2</sup> Sucessora da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), extinta pela Constituição de 1988. A SADEN existiu de 05/10/88 a 15/03/90, quando o Presidente Collor a extinguiu junto com o Serviço Nacional de Informações (SNI), e incorporou os acervos de ambos à nascente Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

<sup>3</sup> “A História é a mestra da vida” (Marcus Tullius Cícero).

força, isto é, travando *guerras*. Os monarcas, a rigor, eram mais “coordenadores” de uma estrutura um tanto descentralizada de poder, do que propriamente “reis”. Não desenvolviam, portanto, um *pensamento estratégico* uniforme, voltado para a *defesa do Estado*, conquanto as milícias dos senhores feudais, até por uma questão de sobrevivência, se exercitassem na *tática*.

Complementarmente, as *atividades econômicas* eram predominantemente *agrárias*, as *relações trabalhistas*, do tipo *servil* e, no plano *cultural*, a *Igreja Católica* era a grande detentora dos conhecimentos científicos, cuja divulgação controlava, rigidamente, com o propósito de preservar seu poder.

Por volta do século XI, as coisas começam a mudar. Em 1054, ocorre o “*Cisma do Oriente*”, ou seja, a porção da Igreja Católica sediada no antigo *Império Romano do Oriente* (ou *Império Bizantino*, ou *Otomano*, cuja capital era *Bizâncio*, depois *Constantinopla*, hoje *Istambul*) rompe com a Igreja Católica do Ocidente, ou de Roma. Esse enfraquecimento inicial da Igreja – que se agravaria mais tarde, com a *Reforma*

*Protestante* – foi um dos fatores da quebra do “monopólio científico” eclesiástico, e, conseqüentemente, contribuiu para o início do florescimento do pensamento humano, em todas as áreas do conhecimento, inclusive na *Arte da Guerra*.

As invasões bárbaras no *Império Bizantino*, que culminaram com a conquista de *Jerusalém* pelos *Seldjúcidas*, em 1071, provocaram o surgimento das *Cruzadas* – a primeira delas entre 1095 e 1099 – promovidas pelos reis católicos do Ocidente, com o fito de *libertar a Terra Santa*. Agora, portanto, já não se tratava mais de conflitos entre senhores feudais pela posse de terras, mas de *coalizões internacionais* com fins bélicos e *objetivos políticos* bem definidos; já não eram mais, portanto, apenas as milícias a estarem envolvidas nos conflitos – os reinos patrocinadores das *Cruzadas*, como um todo, se engajavam nessas expedições, delineando os primórdios do que hoje chamaríamos de *mobilização nacional*, o que possivelmente conduziu ao estabelecimento, ainda que rudimentar, de um *pensamento estratégico*.

As *Cruzadas* reaqueceram o comércio no Mediter-

râneo, pois os navios que conduziam as tropas católicas voltavam abarrotados de mercadorias orientais (tapeçarias, especiarias etc.), de preços elevados. Esse fato provocou o surgimento de uma atividade comercial intensa, principalmente por parte dos mercadores de *Veneza* e *Gênova*, com o *Império Bizantino*, de tal sorte que, a partir da *IV Cruzada* (*Inocência III*, 1202-1204), essas expedições perderam sensivelmente seu propósito *ideológico*, que passou a ser *mercadorológico*.

Esse aquecimento comercial desembocou no surgimento de uma nova classe social, além das até então existentes (o *clero*, a *nobreza* e o *povo*). Tratava-se da *burguesia urbana*, que, se transferindo progressivamente do campo para a cidade, e acumulando primitivamente capitais (predominantemente metais preciosos), passou a constituir o *poder econômico*, e a se aliar aos reis, “financiando” seu poder, em troca de “favores” (cargos públicos e títulos nobiliárquicos, por exemplo). Essa nova conjuntura sócio-político-econômica liquidou com o *feudalismo*, por volta dos séculos XIV/XV, e deu início ao

*mercantilismo*, ou *capitalismo mercantil*, que se caracterizava, em boa parte, por uma espécie de “aliança” entre a *burguesia* e a *nobreza* contra as demais classes sociais, com vistas, precisamente, a reforçar cada vez mais o então nascente *poder econômico*. E, com efeito, ele se expandiu. Foi a época das grandes navegações, em busca de novos territórios (colônias) que fossem tanto fontes de matérias-primas quanto novos mercados para os produtos metropolitanos, de sorte a incrementar a acumulação de riquezas, destinadas a manter elevado o nível de comércio com o Oriente.

Esse conjunto de circunstâncias fez despontar uma nova estrutura política – o *absolutismo*<sup>4</sup>. Agora, ao contrário do que ocorrera no *feudalismo*, os monarcas realmente detinham o poder. Para mantê-lo, em época marcada por fortes disputas, tanto em terra (preservação do próprio território e das colônias) quanto no mar (o chamado “domínio do mar”), as nações não apenas passaram a estruturar melhor suas forças armadas, como a desenvolver ainda mais o pensamento estratégico, enriquecido por, no

mínimo, de quatro a cinco séculos – desde as Cruzadas – de conflitos internacionais. Dentro dessa ordem de idéias, pode-se considerar, à luz da História, que, no período *absolutista*, centravam-se nas mãos dos monarcas três atividades distintas, pouco ou nada desenvolvidas durante o *feudalismo*: a *Política*, que seria a *arte de traçar objetivos* e orientar suas conquistas e manutenção, ou, ainda, a “arte de governar”; a *Estratégia*, que consistiria nas *maneiras* (“lato sensu”) de se aplicar o *poder disponível* (econômico, político, social, militar), de forma a se atingir os *objetivos* delineados; e a *Tática*, que mostrava a *maneira concreta* ou prática (“stricto sensu”) de se chegar a um objetivo específico.

Alguns historiadores indicam, como o momento em que essas três vertentes se “divorciaram”, a batalha de *Muhlberg*, em 1547, travada entre *Carlos I de Espanha* (e V da Alema-

nha), herdeiro de vasto império na Europa, e os príncipes alemães da *Liga Protestante de Smakalda*. Nessa ocasião, a *Política* indicaria, como *objetivo*, submeter os príncipes alemães, que haviam se rebelado contra o domínio de Carlos I; a *Estratégia* consistiria em dissolver a *Liga Protestante de Smakalda*, fonte dos ideais separatistas; e a *Tática* conduziu à *Batalha de Muhlberg*, em que Carlos I foi vitorioso.

A partir daí, Carlos I, até sua abdicação, em 1556<sup>5</sup>, quando transmitiu o trono a seu filho Felipe II, reservou a si apenas a *Política*, deixando a cargo dos militares a *Tática*. Foi, pois, quando se abriu uma grande “brecha”, uma “*terra de ninguém*”, entre a *Política* e a *Tática*, que, até hoje, não está claramente definida, tendo recebido um grande número de denominações: “*Estratégia* (do grego *strategia*, por sua vez derivado de *strategós* – general), que seria a “arte do general”,

<sup>4</sup> Curiosamente, três a quatro séculos depois, essa mesma burguesia, fortalecida e “iluminada” pelo desabrochar do conhecimento científico, une-se ao povo, contra o absolutismo (denominado “Ancient Régime”) e o derruba, por meio das chamadas “Revoluções Democrático-Burguesas”, como a inglesa, a norte-americana, a francesa e, naturalmente, a industrial.

<sup>5</sup> Carlos I viria a falecer em 1558.

ou a “arte de aplicar meios”; “Geopolítica” (aplicação da política aos espaços geográficos); “Geoestratégia” (*Estratégia* aplicada a áreas críticas, em face de objetivos da *Política*); ou adjetivações da *Estratégia*, como “Total”, “Geral”, “Grande” etc.

É ao longo dessa “terra de ninguém” que pretendemos caminhar, nos tópicos seguintes.

**DOCTRINA, OBJETIVOS, PODER, POLÍTICA E ESTRATÉGIA**

No Brasil, o estudo desses conceitos tem sido desenvolvido pela *Escola Superior de Guerra (ESG)*, que os apresenta em seu *Manual Básico*, periodicamente atualizado, à luz da realidade nacional. Procuraremos resumi-los neste tópico.

**Doutrina**

Trata-se de um “conjunto de tópicos” – ou um “corpo coordenado de idéias” – que, “sem desconhecer os aspectos subjetivos da decisão e sem desvalorizar a força da criatividade, busca orientar a ação” (SIC).

A *Doutrina* se fundamenta na *Teoria* e se reali-

menta na *Realidade*. Sua origem semântica é o termo latino *docere*, que significa *ensinar* ou *conduzir*. Portanto, a *Doutrina* pode ser entendida como “o que se transmite pelo ensino”, ou, ainda, aquilo que conduz alguém a determinado objetivo.

A *Teoria* busca explicar racionalmente os fenômenos, indagando suas causas, e envolve a *Filosofia* – reflexão crítica sobre o ho-

mem e sua função no Universo – e a *Ciência* – conhecimento ordenado dos fenômenos do Universo.

O conhecimento humano abrange, além da *Teoria*, também a *Prática*, que tem um duplo aspecto: a *Técnica* – conjunto organizado de processos para se atingir um fim específico, com o máximo rendimento possível, e a *Arte* – atividade que busca a criação de sensações ou estados de espírito, geral-

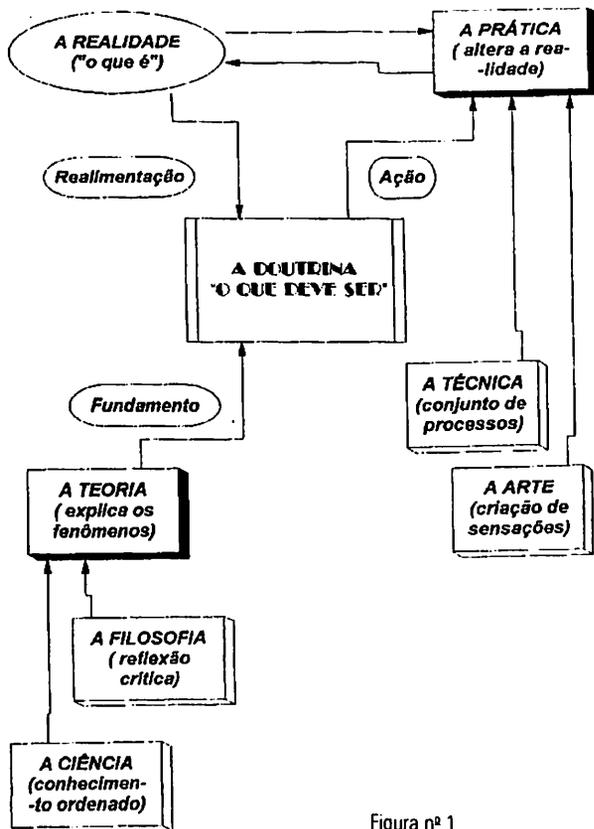


Figura nº 1

mente de caráter estético.

A *Realidade* é o elemento concreto, de existência efetiva. A *Teoria* a explica, a *Prática* a altera, e a *Doutrina* nela se realimenta. Ao fazê-lo, serve-se da *Teoria*, que exprime “o que é”, para definir “o que deve ser”, e, pela *Prática*, fazer com que “o que é” se transforme “no que deve ser”.

A Figura nº 1 ilustra essas considerações.

### Objetivos e Poder

Ao longo de sua existência, o ser humano busca a satisfação de suas necessidades, interesses e aspirações. Essa busca rege a convivência social e afeta as atividades individuais, estimulando-as ou restringindo-as.

Essa mesma convivência social promove o surgimento de outros interesses, além dos individuais – os dos agrupamentos humanos, ou seja, os que são *comuns* aos integrantes de um grupo. Esse despontar de *interesses comuns* provoca o estabelecimento de *vínculos* entre as pessoas, bem como lhes aduz a percepção de que sua ação *solidária* será mais eficaz, para a consecução desses interesses, do que a individual. Daí advém a no-

ção de *objetivos de grupo*, vale dizer, os referenciais para sua ação coletiva, geralmente buscando, dentre outros interesses, a *sobrevivência* (existência e vitalidade do grupo), a *expansão* (ampliação e fortalecimento), a *coesão* (harmonia interna e identidade), a *proteção* (segurança), a *influência* (exercício de liderança em relação a outros grupos) e a *integração* (equilíbrio entre os integrantes, redução de conflitos internos).

À medida que os grupos se multiplicam, fazem surgir a dimensão integradora – a *Nação*, geralmente constituída por uma *população*, um *território* e *instituições*, e que, ao se *organizar*, passando a dispor de *governo* e *soberania*, passa a constituir um *Estado*.

Assim, os *objetivos*, antes grupais, passam a ser *nacionais*, representando a cristalização de interesses e aspirações a serem satisfeitos em uma determinada fase da evolução histórico-cultural de um povo. Alguns podem ser considerados permanentes: os que subsistem por longo tempo, por dizerem respeito a interesses e aspirações vitais – *democracia*, *integração nacional*, *soberania*, *progresso*, *paz*

e *integridade territorial*, por exemplo. Outros podem ser conhecidos como *atuais*: os que expressam, em determinado momento, uma etapa a ser vencida, na busca da conquista e da manutenção dos *objetivos nacionais permanentes*.

Para essa conquista, impõe-se que a *Nação* (*Estado*) disponha de um *Poder*: “*capacidade de que a Nação, decidida, dispõe para conquistar e manter seus Objetivos.*”

O *Poder Nacional* geralmente se manifesta segundo cinco *expressões*, materializadas, cada uma delas, pelos *recursos humanos* (*população*) e *econômicos* (que somados ao *ambiente* traduzem o *território*) e *instituições nelas atuantes*, estas mencionadas entre parênteses, a seguir: a *Política* (os Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários das três esferas administrativas, e os Partidos Políticos); a *Econômica* (os setores primário, secundário e terciário da economia); a *Psicossocial* (a sociedade e suas instituições); a *Militar* (o Poder Naval, o Poder Militar Terrestre e o Poder Aeroespacial); e a *Científico-Tecnológica* (o ambiente de *C&T* e suas instituições específicas).

Esse *Poder Nacional* tem um sentido de *ação harmônica*, refletindo as possibilidades e as limitações dos meios que o constituem, nas suas características globais e nos efeitos de seu emprego.

O *Poder*, portanto, é o meio empregado na conquista dos *Objetivos*. Entretanto, é preciso, antes: *definir os Objetivos*, o que é feito pela *Política*; e selecionar a melhor *forma de aplicar* esse *Poder* – papel da *Estratégia*; são os conceitos que nos falta recordar.

### Política e Estratégia

Segundo a ESG, *Política Nacional* é “a arte de identificar os *Objetivos Nacionais Permanentes*, mediante a interpretação dos interesses e aspirações nacionais, e de orientar e conduzir o processo global que visa à conquista e à manutenção daqueles *Objetivos*”.

Já a *Estratégia Nacional* seria “a arte de preparar e aplicar o *Poder Nacional* para, superando os óbices, conquistar e manter os *Objetivos Nacionais permanentes*, de acordo com a orientação estabelecida pela *Política Nacional*”.

*Óbices* são os obstáculos (fatos ou atos) que se inter-

põem à conquista dos *Objetivos Nacionais*, podendo classificar-se em *antagonismos* ou *fatores adversos*, caso sejam, respectivamente, providos ou não de *intencionalidade*. Podem ser ainda *internos* ou *externos*, e, quanto aos *antagonismos*, na hipótese de disporem de capacidade de obter efeitos, por quaisquer meios (força, ameaça, logro etc.), passam a denominar-se *pressões*. Essas, se significativas a ponto de poderem impedir a conquista e a manutenção dos *Objetivos Nacionais*, são chamadas de *dominantes*.

### RESUMO

No tópico alusivo à *História*, propusemo-nos a caminhar pela “*terra de ninguém*” situada entre a *Política* e a *Tática*, que geralmente se denomina *Estratégia* e, para que se chegasse a ela, foi necessário, neste segundo tópico: mostrar em que consiste uma *Doutrina*; apresentar, de maneira bastante resumida, o cerne da *Doutrina da ESG*, que, no Brasil, tem enfeixado os temas que nos propusemos a comentar; e, por fim, dar uma idéia, ainda que pálida, de como os interesses e as-

pirações de grupos humanos se transformam em *objetivos*; de como os mesmos passam a ser *nacionais*, à medida que os grupos se constituem em *Nações e Estados*; e de como esses *objetivos nacionais*, para serem conquistados e mantidos, exigem a existência de uma *Política Nacional* que os defina, de um *Poder Nacional* que exprima os meios disponíveis pela Nação para aquele fim, e de uma *Estratégia Nacional*, que indique a melhor forma de se aplicar esses meios, com eficácia.

Seria simples aplicar esses princípios na conduta de uma Nação (Estado), se, interna e externamente, fosse possível obter unidade de pensamento na definição dos objetivos, na obtenção dos meios para conquistá-los e mantê-los e nas diferentes maneiras de se aplicar esses últimos eficazmente. Todavia, os interesses humanos são altamente variáveis, o que inevitavelmente aduz divergências de toda natureza, geradoras, por sua vez, de *conflitos*, internos e externos, que podem se limitar a simples discussões no plano das idéias, ou gerar *crises*. Essas, a seu turno, podem evoluir desde

simples desentendimentos, solucionáveis por diferentes formas de negociação, até a guerra, perpassando o estágio intermediário, bastante em voga atualmente, dos chamados *Conflitos de Baixa Intensidade* (CBI).

A *Polemologia* não pretende estudar os aspectos bélicos dos conflitos, mas, sim, compreender a guerra como fenômeno social, o que exige o conhecimento do comportamento dos agrupamentos humanos, ou do homem como “animal social”. As “ferramentas” aqui apresentadas possivelmente facilitarão esse entendimento.

## ONDE SE POSICIONA A POLEMOLOGIA?

Uma esquematização clássica dos principais conceitos enfocados neste trabalho é a que os escalona sob a seguinte forma<sup>6</sup>: um nível inferior, ou *tático*; um nível superior, ou *político*; e um nível intermediário, ou *estratégico*, subdividido em

três faixas: uma *alta*, alusiva à *estratégia nacional*, ou “total”, ou “grande estratégia”; uma *mediana*, referente às *estratégias setoriais* (por exemplo, as voltadas para regiões ou Unidades da Federação, no plano geográfico, e para cada um dos Poderes, considerados individualmente, no plano funcional); e uma *baixa*, envolvendo as *estratégias operacionais*, isto é, as que dizem respeito aos componentes de cada um dos grandes “setores” exemplificados no item anterior.

A cada vez que a *Política* define um *objetivo*, os diferentes níveis estratégicos devem se adequar para a sua consecução: se ele for de natureza *concreta*, relacionando uma Nação (Estado) com suas efetivas possibilidades e limitações, pode-se dizer que as ações a empreender se situarão no domínio da *Geopolítica*; mas se aquilo que se almeja atingir é de natureza *abstrata*, sutil, de contornos não bem definidos, ou se encontra “distante”, em termos de espaço e tempo, então estar-se-á caminhando no terreno da *Geoestratégia*.

Em cada um dos casos, a atuação dos três níveis estratégicos será diferente. No

primeiro, basicamente se deverá mobilizar meios e orçar recursos, de forma a atingir o fim delineado. No segundo, trabalhar-se-á mais no campo da diplomacia, do convencimento e/ou persuasão, das influências e das pressões políticas, econômicas, sociais e militares, cuja intensidade variará caso a caso. Em suma, o plano *geopolítico* é aquele em que “se está”; já o *geoestratégico* poderia ser “o limite até o qual se pode chegar”.

Reportando-nos agora ao esquema da Figura nº 1, poderíamos considerar que a *Geopolítica* se situa no terreno da *Realidade* (“o que é”), e, para alterá-la, servimo-nos da *Prática*, com as “ferramentas” da *Técnica* e da *Arte*. Já a *Geoestratégia* se posiciona no campo da *Doutrina* (“o que acreditamos que deva ser”, ou “o ponto até onde podemos chegar”), que se fundamenta na *Teoria*, cujos instrumentos são a *Filosofia* e a *Ciência*. Em outras palavras, para atuarmos em termos *concretos*, impõe-se, antes, que ordenemos o pensamento, isto é, usemos de *abstração*.

A *Polemologia* procura atuar, precisamente, como um “interface” entre a

<sup>6</sup> Não confundir com os tradicionais “níveis da guerra” – estratégico, tático e operacional –, aplicáveis à expressão militar do Poder Nacional, o que constitui uma abordagem “setorial”; aqui o enfoque é holístico.

*Geopolítica e a Geoestratégia*, provendo-nos de um certo grau de reflexão crítica (*Filosofia*) e de conhecimento ordenado (*Ciência*) sobre o comportamento de agrupamentos humanos, ou do homem como “animal social”, no contexto dos conflitos, cuja condução, efetivamente, é bastante prática e concreta, mas para cujo entendimento, sem dúvida, se faz necessário um considerável grau de abstração.

E, de uma forma um tanto análoga à realimentação da Realidade na Doutrina (Figura nº 1), observaremos que o processo *Geoestratégico*, apoiado pelas reflexões providas pela *Polemologia*, proverá uma realimentação de todo o *Sistema Político*.

A Figura nº 2 ilustra essa esquematização.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Já disse alguém que “...*toda guerra significa o fracasso da Geoestratégia na tentativa de solucionar um problema Geopolítico, ou a convicção de que só pela força se chegaria à solução; e toda paz é o triunfo obtido pela aplicação correta dos vetores adequados, capazes de fazer abortar um problema em gestação...*”

Os métodos desenvolvidos ao longo dos séculos para a solução de problemas dessa natureza<sup>7</sup> impõem, para sua aplicação, a preexistência de bancos de *informações estratégicas*, para cuja análise tradicionalmente se utilizam, como “ferramentas” auxiliares, determinadas *ciências* — História, Geografia, Sociologia, Economia, Psicologia

e outras. Adicionalmente, baseiam-se, quase sempre, nos princípios estatuídos por René Descartes em seu “Discurso do Método” (*evidência, análise, síntese e enumeração*) e trazem, em seu bojo, inevitavelmente, valores subjetivos típicos do “primeiro mundo”, ou “do Ocidente”, a eles agregados progressivamente, no decurso de muitas guerras.

Uma breve recordação de alguns tipos de conflitos em voga na atualidade, todavia, nos leva a questionar se podem eles ser entendidos adequadamente por via desse tipo tradicional de raciocínio (“*cartesiano*”): caudilhismo terceiromundista, caracterizado pelo desvirtuamento da gestão da coisa pública, pelo nepotismo, pela intolerância às práticas democráticas, e tantos outros aspectos; fundamentalismos religiosos; questionamento, por países descolonizados recentemente, das fronteiras estipuladas por seus antigos colonizadores; lutas tribais ou de origem racista; narcotráfico

<sup>7</sup> Na Marinha do Brasil, para a solução de problemas militares *com oposição* utiliza-se o *Processo de Planejamento Militar (PPM)*. Para problemas de natureza mais administrativa, ou *sem oposição*, utiliza-se o *Estudo de Estado Maior (EEM)*.

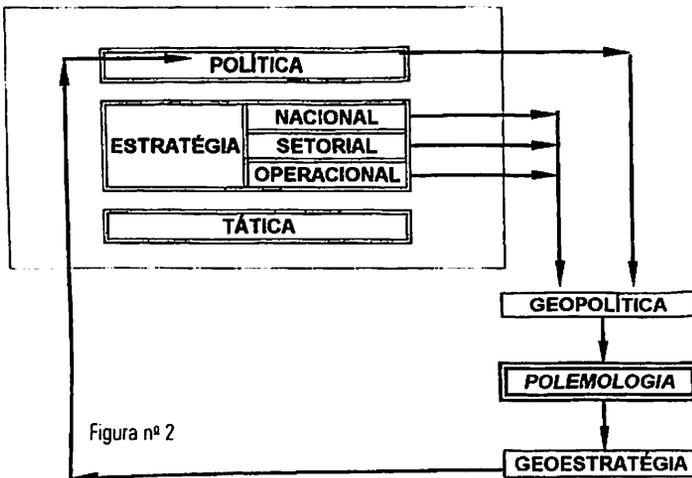


Figura nº 2

e sua associação com organizações revolucionárias; intervenções de cunho “ecológico”; em países menos desenvolvidos, o aumento progressivo do número de pessoas incapazes de ascender socialmente, por motivos de ordem econômica, social ou mesmo política, concorrendo cada vez mais para, dentre outros, a violência urbana e rural, a superpopulação, a fome, as doenças, a saturação dos serviços públicos, a degradação do meio ambiente e o congestionamento das cidades.

Para *atuar sobre algo*, mister é *conhecer a estrutura desse algo*. No caso, a estrutura dos conflitos, num sentido mais restrito, e, em outro mais amplo, a da própria guerra. Para tanto, a Geoestratégia e a Geopolítica parecem necessitar dessa nova ciência, ainda no nascedouro, a *Polemologia*, que procura focar o processo conflituoso sob uma ótica holística e antropocêntrica, enfatizando, primordialmente: o homem e suas condicionantes mais profundas; suas motivações; seu comportamento individual e coletivo; as normas e valores que regem o agrupamento humano observado; as personalidades dos líde-

res e os métodos de liderança adotados; a influência da religiosidade (mitos, “tabus”, crenças); as razões que motivam um povo a lutar; enfim, todos os aspectos *humanos, et pour cause, subjetivos* – que permeiam o conflito.

A Polemologia, entretanto, não se preocupa apenas em enumerar essas características e apreciá-las individual e estaticamente, mas, sim, observá-las dinamicamente, interagindo consigo mesmas, na qualidade de *origens sociais* do conflito. Naturalmente, o que se busca, ao se aplicar a Polemologia, não é uma discussão acadêmica, mas a compreensão de um fenômeno sobre o qual se pretende atuar posteriormente, por meio da Geoestratégia e da Geopolítica, tendo-se em mente um *objetivo*.

Muito mais se poderia dizer sobre essa jovem ciência, como, por exemplo, que ela pretende proporcionar a *eficácia* na aplicação de um *poder nacional*, à luz dos ditames da *estratégia* e com vistas a alcançar um *objetivo* definido pela *política*, no contexto de um conflito. Por outro lado, as tradicionais *Geopolítica* e *Geoestratégia*, ao menos para os inu-

sitados comportamentos bélicos ou simplesmente ilícitos listados linhas atrás, seriam tão-somente instrumentos de *eficiência* e, como é sabido, *eficiência* pode ser entendida como “*jogar com técnica e elegância*”; mas *eficácia* significa “*vencer o jogo*”.

E assim falamos de Polemologia, à qual chegamos, transitando na “terra de ninguém” da Estratégia, depois de nos termos munido de conceitos políticos e de sumas históricas. Lamentamos ter, talvez, decepcionado os que ansiavam pela apresentação de fundamentos e princípios “polemológicos”. Na realidade, eles devem ser buscados na consciência de cada um de nós, e aplicados de maneira diferenciada, em cada situação.

Encerramos recordando as palavras de Richard Buckminster Fuller, filósofo norte-americano, sobre *eficiência* e *eficácia*:

“...se quisermos alcançá-las, devemos raciocinar ao mesmo tempo da maneira mais minuciosamente incisiva, permitida pela inteligência e pelas informações que ganhamos até aqui, através da experiência”

# TOQUE DE ALVORADA.



*Antes do toque de alvorada, a Petrobras já está acordada. Ela está sempre alerta, marchando junto com as Forças Armadas, dando sua contribuição para o Brasil. Como fornecedora exclusiva da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a Petrobras vai aonde for preciso. Até mesmo às regiões mais distantes do Amazonas, onde ela faz o abastecimento por meio de barcaças. Seja no mar, na terra ou no ar, estamos sempre a postos.*